



» PORQUÊ O REFERENDO? PORTUGAL 2007

Neste momento fala-se de um referendo para despenalizar a IVG, para acabar com o flagelo e os perigos do aborto clandestino, e para não mandar mulheres para a prisão.

Tudo isto parece muito simples, lógico e justificado mas todas as palavras escondem inverdades e desinformam mais do que informam:

Interrupção Voluntária da Gravidez – na verdade não se interrompe uma vida para se retomar depois, de facto o aborto acaba com a vida da criança, e, mesmo legal, é destrutivo para a mulher

Despenalizar - aparentemente é só não punir as mulheres, protegendo-as da prisão.

Na verdade quer-se legalizar e liberalizar completamente o aborto até às 10 semanas, permitindo que qualquer mulher sem ter que dar qualquer razão (mesmo por motivos insignificantes), vá abortar aos hospitais públicos e até a clínicas privadas com os serviços pagos pelo Estado, ou seja, pelos nossos impostos.

Acabar com o aborto seria maravilhoso, contudo a despenalização não ajuda em nada à sua abolição. Os números provam que **após a despenalização não só aumenta muito o aborto legal, como não diminui o aborto clandestino**, pois a lei não combate as suas causas (quem quer esconder a sua gravidez não a quer revelar no hospital, por exemplo). Para além disso, **a partir das 10 semanas regressa tudo à clandestinidade**.

Flagelo - Um aborto só, é já um flagelo, mas a manipulação alarmista dos números é indescritível. Ainda há não muito tempo se falava nos jornais de mais de 100.000 abortos e 11.000 entradas nos hospitais devido a abortos clandestinos, quando na verdade esses números eram de abortos espontâneos e só tinha havido 123 casos de internamento devido a abortos clandestinos. Quando se pensa no número gigantesco de entradas nos hospitais devido a tantas outras doenças, é caso para perguntar se os milhões que se gastam no referendo não deveriam ser antes investidos na sua prevenção.

Perigo - Legal ou ilegal, o aborto representa sempre um risco e um traumatismo físico e psicológico para a mulher. O aborto em clínicas e hospitais legais aumenta as possibilidades de cancro de mama, de esterilidade, de tendência para aborto espontâneo, de infecções que podem levar à histerectomia, de depressões e até suicídios (mas nunca ninguém avisa a mulher desses efeitos, o que é obrigatório no caso de qualquer outra intervenção cirúrgica).



Proteger da cadeia - Não há nenhuma mulher na cadeia há mais de 30 anos e são pouquíssimos os julgamentos (nos últimos 8 anos houve 4 ou 5, infelizmente usados pelos defensores do aborto para exporem essas mulheres ao trauma de TV). Há várias propostas de deputados de diferentes partidos e de associações pró-vida para que os processos sejam feitos de forma a proteger ainda mais a mulher sem dar cobertura aos médicos e parteiras que ganham a vida com a morte dos bebês e o sofrimento das mães.

Em suma, esta nova lei não é para proteger as mulheres da cadeia onde não estão nem virão a estar, mas para proteger os interesses económicos das clínicas privadas abortistas que estão prestes a abrir as portas em Portugal com grande apoio do Ministro da Saúde.

Fica a pergunta: porquê!!!!

Thereza Ameal